

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.357.398 - BA  
(2018/0228458-8)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**AGRAVANTE : PEDRO SERGIO DA COSTA TEIXEIRA**  
**ADVOGADOS : ANDREA SILVA RESENDE - DF030296**  
**THALES ALEXANDRE PINHEIRO HABIB E OUTRO(S) -**  
**BA049784**  
**AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**AGRAVADO : OS MESMOS**

**DECISÃO**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** agrava de decisão que inadmitiu seu recurso especial, fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**, proferido na Apelação n. 2008.33.00.005873-0/BA.

O agravante suscita a violação do art. 2º do CPP, 387, IV, do CPP, 63 e 91, I, do CP, uma vez que, consoante a novel legislação, por ocasião da sentença condenatória, deverá o juiz fixar valor mínimo para a reparação dos danos causados pela infração, o que não ocorreu. Considera que a norma possui natureza processual e tem aplicabilidade aos processos em curso, independentemente da data do crime. Requer a fixação do *quantum* indenizatório.

O recurso especial foi inadmitido durante o juízo prévio de admissibilidade realizado pelo Tribunal estadual, diante da incidência da Súmula n. 83 do STJ, o que ensejou a interposição deste agravo (fls. 878-892).

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do agravo.

**Decido.**

O agravo é tempestivo e preencheu os demais requisitos de admissibilidade, mas não comporta provimento, pois está correta a decisão impugnada.

A teor dos julgados desta Corte, o art. 387, IV, do Código de Processo Penal, "é norma híbrida, de direito processual e material, razão pela

que não se aplica a delitos praticados antes da entrada em vigor da Lei n.º 11.719/2008, que deu nova redação ao dispositivo" (AgInt no HC n. 404.550/PR, Rel. Ministro **Felix Fischer**, 5ª T., DJe 28/06/2018). O dispositivo não versa somente sobre uma regra processual, mas estabelece um gravame substancial para o condenado, que será compelido a arcar imediatamente com os danos do crime, sem necessidade de discussão na seara cível.

De mais a mais, "A reparação de danos, além de pedido expresse, pressupõe a indicação de valor e prova suficiente a sustentá-lo, possibilitando ao réu o direito de defesa. Necessário, portanto, instrução específica para apurar o valor da indenização" (AgRg no REsp 1483846/DF, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, julgado em 23/2/2016, DJe 29/2/2016)" (**AgRg no AREsp n. 952.492/MS**, Rel. Ministro **Jorge Mussi**, 5ª T., DJe 18/11/2016).

**A aplicação do instituto requer a dedução de um pedido específico do querelante ou do Ministério Público, em respeito às garantias do contraditório e da ampla defesa** (OLIVEIRA, Eugênio Pacelli; FISCHER, Douglas. *Comentários ao Código de Processo Penal e Sua Jurisprudência*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010, p. 752; RANGEL, Paulo. *Direito Processual Penal*. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2013, p. 589-590).

Ilustrativamente:

[...]

**1. A aplicação do instituto disposto no art. 387, IV, do CPP, referente à reparação de natureza cível, por ocasião da prolação da sentença condenatória, requer a dedução de um pedido expresse do querelante ou do Ministério Público, em respeito às garantias do contraditório e da ampla defesa.**

2. Agravo regimental não provido. (**AgRg no REsp n. 1.502.962/GO**, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 13/12/2016, destaquei)

O Tribunal de origem afastou a aplicação do art. 387, IV, do CPP, "em observância ao princípio da irretroatividade da lei pena mais severa", "pois os fatos delitivos ocorreram antes da vigência da Lei n. 11.719" (fl. 618). Salientou, ademais, "que não houve pedido da acusação para essa condenação". **Vê-se que o julgado está em consonância com o entendimento sufragado por esta Corte Superior, o que atrai a**

**incidência das Súmulas n. 83 e 568 do STJ.**

À vista do exposto, com fundamento no art. 932, VIII, do CPC, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "b", parte final, do RISTJ, **conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ

Relator

